



AGOSTO DE 2005

## **CRISE POLÍTICA E URGENTE NECESSIDADE DE REFORMA<sup>2</sup>**

Será que dá para entender o atual momento político do país e o significado das manobras das suas lideranças políticas, dos seus meios de comunicação social e do seu mundo empresarial e financeiro?

As denúncias de corrupção não param de surgir. Há mais do que motivos para se investigar a fundo e mediante instrumentos legais o que determina e serve de pretexto à atual crise política.

Tudo o que vem à tona faz parte do substrato da vida política da nação. São informações e ou deformações de como age a cultura dominante das nossas elites.

Agora pode melhor ser entendido porque os excluídos do nosso país não participam da riqueza nacional. Ela se esvai pelos ralos comandados pelos poderosos de sempre e agora também pelos detentores de informações privilegiadas. Quem ainda tinha dúvida de que o estado nacional era propriedade de apenas alguns está cada vez mais próximo dessa triste constatação, quando assiste ao constante avanço de uma minoria inescrupulosa sobre o bem comum.

Os grandes beneficiários dos projetos nacionais sempre foram as elites, a classe política eleita e sustentada por elas e os poderosos “lobbies” de interesses corporativistas. Os orçamentos nacionais quase sempre se prestaram a serem instrumentos de pressão política nas mãos do executivo. Os recursos desviados das reais prioridades nacionais foram e são dirigidos a interesses de grupos e famílias mediante fortes mecanismos de corrupção e de jogo de interesses.

O que está acontecendo hoje foge a qualquer previsão dentro de parâmetros de política tradicional. A voz das ruas pode e deve ganhar espaço após ver, no espetáculo televisivo, a quantas anda a ética dos congressistas e daqueles que os financiam.

---

<sup>1</sup> **Boletim de Análise de Conjuntura – sob os auspícios da Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP:** SE/Sul, Quadra 801, Conjunto “B”, 70401-900-Brasília DF, tel. (61) 3323-8713, fax (61) 3322-2648, e-mail: [cbjp@cbjp.org.br](mailto:cbjp@cbjp.org.br) **Comitê de Redação:** Pe. Thierry Linard de Guertechin (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento - IBRADES), Pe. Antônio Abreu (IBRADES), Pe. Bernard Lestienne (IBRADES), Francisco Whitaker Ferreira (CBJP), Daniel Seidel (CBJP), Gerson Gomes (CBJP), Beto Almeida (CBJP) Guilherme da Costa Delgado (CBJP), Pe. José Ernane Pinheiro –Assessoria Política (CNBB), Nielsen de Paula Pires, Pedro Ribeiro de Oliveira (Comunidades Eclesiais de Base (CEBs–CNBB), Irmã Rosita Milesi (Instituto Migrações e Direitos Humanos - IMDH), Pe. Virgílio Leite Uchôa (CBJP) - **Revisão:** José Sílvio de Lana Marques – **Publicação e divulgação:** **Conselho Nacional dos Leigos do Brasil (CNLB)**, endereço eletrônico: [laicatodobrasil@uol.com.br](mailto:laicatodobrasil@uol.com.br) - Colaboram especialmente nesta edição Guilherme da Costa Delgado e Pe. Virgílio Leite Uchôa.

<sup>2</sup> Pe. Virgílio Leite Uchoa e Plínio de Arruda Sampaio, Boletim REDE, junho de 2006.

A base de sustentação do governo está esfacelada e todos se defendem de olho nas eleições e no eleitorado de 2006. A pressão popular pode crescer na medida em que as apurações do leque aberto pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Correios vierem à tona.

O trabalho dessa Comissão e das demais em andamento só terá êxito se, além de encaminharem ao Ministério Público a solicitação de punição de eventuais culpados, conseguirem suscitar uma profunda reforma no trato da coisa pública. Isso implica no reordenamento de decisões políticas do atual governo. O presidente Lula precisa, com urgência, assumir as rédeas da condução do país e mostrar a força do presidencialismo vigente. Com o passar do tempo há sinais evidentes de fragilidade e de ocaso em seu governo.

Com todos os acontecimentos recentes, um passo importante poderia estar sendo dado caso crescesse a consciência de que a verdadeira reforma política passa pela criação de novos instrumentos de controle popular, seja junto aos representantes do Legislativo, do Executivo e do Judiciário, seja no próprio processo eleitoral de escolha, financiamento dos candidatos e acompanhamento dos eleitos.

Em curto prazo, as águas turvas revolvidas pelas CPI's em andamento, caso apurem efetivamente os fatos, poderão evidentemente respingar em altas figuras nacionais.

Os fatos e depoimentos apenas evidenciam o lamaçal de desafeição e corrupção que invadiu, em extensão e profundidade como nunca fora visto antes, a vida pública nacional. Mas infelizmente já há indícios de que os paladinos da moralidade não estão assim tão interessados em apurar os escândalos, sanar a administração pública e proclamar dias melhores para toda a nação.

É preciso prestar atenção. A crise do momento tem um endereço certo: a sistemática luta, sutil, das elites dominantes para quebrar o governo do presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT). Esse partido, aliás, já está bastante desfigurado, o presidente enfraquecido e o seu governo semi-paralisado. As denúncias que vêm à opinião pública atingiram auxiliares diretos da presidência, os partidos de sustentação e fortemente o PT. Há espaço para incompetência por inabilidade em conduzir a coisa pública.

É bom não esquecer, neste contexto, que para entender o pano de fundo da crise é necessário enxergar o horizonte das eleições majoritárias de 2006. Está aberta a caça do predileto das elites para ocupar o lugar do atual presidente da república e barrar a sua reeleição.

Em passado recente as instituições democráticas, sob forte apoio popular, deram provas de que são capazes de resistir, seja aos aventureiros de regimes de exceção, seja ao mito de que as apurações de responsabilidades paralisam o país. Para que isso aconteça é urgente romper a inércia dos excluídos da crise política do governo – os movimentos sociais organizados - e rever as políticas das prioridades nacionais.

Em médio prazo, já que teremos eleições no próximo ano, está aberta a importante oportunidade de as organizações da sociedade civil se unirem para além de vaidades e interesses imediatos de poder.

É urgente que as vozes da rua venham a clamar por um país preservado nas suas instituições democráticas, livre de tentativas golpistas, revisto na sua identidade nacional, aberto a políticas públicas de reais necessidades e controladas pelos cidadãos, atento à

transparência ética dos seus administradores e ouvinte dos clamores dos povos vizinhos latino-americanos.

## **ATÉ ONDE É POSSÍVEL ROMPER COM O QUADRO ECONOMICO E FINANCEIRO?**

É curioso que, em meio à crise política, ética e partidária permanecem altos os índices econômicos. Nunca se exportou tanto. Impressiona a capacidade analítica dos formadores de opinião em discorrer nessa única direção. Para eles, o país existe se existe uma economia e finanças exuberantes. Pouco se lhes importa a desigualdade social e a má distribuição de renda.

Os meios econômicos e financeiros preferem o atual presidente enfraquecido, desde que não rompa o equilíbrio conseguido até com mais perfeição do que governo anterior. Por outro lado, e isso é até paradoxal, o movimento social e o eleitor de Lula, que esperavam mudanças, acham que o apoio político implica em medidas concretas, criativas e eficazes, inclusive para propor novos rumos à economia do país. Por enquanto nada indica que isso possa acontecer, a não ser algumas atitudes pessoais e discursos do presidente aproximando-se do povo, criticando as elites e chamando a atenção ao afirmar que a *“economia do país é vulnerável”*<sup>3</sup>.

Por enquanto há certeza de que a continuidade ao projeto liberal em curso no país e a submissão incondicional às normas impostas de fora não serão rompidas.

Depois de toda a recente reformulação da base de sustentação do governo, que culminou com a posse de novos ministros, ficou claro que o poder continua nas mãos daqueles que jamais se posicionarão a favor de propostas que mudem os rumos da atual política econômica, bem distante das aspirações populares. Romper com o domínio político das elites, do capital financeiro, da incompetência e da imprevidência do atual governo está cada vez mais difícil. A luta contra a extensa e generalizada corrupção pode até ser aprofundada. Reverter o rumo suicida imposto à economia por hora é quase impossível, em virtude dos mecanismos já criados. Estes tendem a perpetuar as desigualdades sociais e não enxergam uma efetiva mudança de rota para a inclusão dos eternos excluídos.

A discussão política de um caminho de ruptura não pode desfigurar as opções básicas de fidelidade e compromisso com os mais frágeis do povo, nem prescindir do respeito à dignidade inalienável do trabalho humano.

A luta contra a corrupção das novas e velhas elites e pela recuperação de uma verdadeira ética de responsabilidade social não pode continuar insistindo nos artifícios para privilegiar a força avassaladora do capital especulativo, mas deve recuperar a dignidade e

---

<sup>3</sup> Folha de São Paulo, 29/7/2005 pág. A-1; *“Somos ainda uma economia muito vulnerável. Temos ainda muitos problemas sérios. Por isso, não podemos brincar nessa parte para que a gente não tenha retrocesso” ... “Um retrocesso leva anos e anos para a gente recuperar. Não se recupera num dia, leva cem anos e, às vezes, não se recupera”*. Cf. Léo Gerchmann, Folha de São Paulo 29/7/2005. Cad. Dinheiro, pág. B-1.

o valor de quem trabalha e precisa realmente aumentar a sua participação na renda nacional.

Infelizmente não se percebe ainda no atual quadro político do país, especialmente entre os que pretendem ocupar o poder, um efetivo compromisso com os mais pobres, sem concessões para perpetuar o já tradicional entre nós: mudar sem rupturas.

Ainda não se percebem entre os candidatos articulações para destacar a importância dos movimentos sociais que advogam reformas mediante rupturas que plantem as bases de um novo pacto social. Ainda não está claro que tipo de alianças os históricos partidos sociais precisam efetivar, não apenas para conquistar o poder - uma das causas da atual convulsão -, mas para abrir espaços para um país diferente, que está em dificuldade exatamente porque os atuais dirigentes aderiram, sem mais, a um modelo em profunda crise.

Fugir a estas questões preliminares é dissimular os assuntos mais importantes neste quadro de incertezas e expectativas instalado no país.

## ***O PERIGO DA DESESTABILIZAÇÃO SOCIAL<sup>4</sup>***

A crise do Congresso Nacional revela que seus membros, assim chamados representantes do povo, de há muito se distanciaram dos objetivos constitucionais de combate à pobreza, à desigualdade e da séria preocupação com um projeto nacional de inclusão de benefícios e direitos universais garantidos para todos.

Constata-se que há uma blindagem em torno da figura do presidente Lula e até crescem, nesses últimos dias, os índices de aprovação à sua pessoa. Como não poderia deixar de ser, o seu governo está chamuscado, debilitado e numa certa agonia de baixa intensidade. O governo insiste na governabilidade a qualquer preço. Chama parte de um partido dividido e oportunista como o PMDB para compor a frágil perspectiva de emergir do pantanal de lutas pelo poder e corrupção.

Há sempre razões para não se perder a esperança de profundas mudanças que, em passado recente, o presidente Lula simbolizava. A esperança é o que resta diante do desperdício do capital político e social dos primeiros anos início do seu governo. Perdeu-se, naquela ocasião, a oportunidade de se construir uma governabilidade socialmente sustentável caso o apoio se firmasse na pacífica mobilização dos movimentos sociais para pressionar em direção de um outro Brasil possível para todos.

---

<sup>4</sup> Pe. Virgílio Leite Uchoa e Plínio de Arruda Sampaio, Boletim RDE, julho 2005. pág.4

## **RECONSTRUIR A NAÇÃO<sup>5</sup>**

Sem querer ser pessimista, vive-se hoje o pior cenário para insistir na tese de governabilidade sem um profundo repensar do país-povo-nação. Mesmo sem prescindir das instituições representativas, pois a nossa experiência histórica de regimes de exceção é trágica, é urgente repensar o país dos pés à cabeça. Sem essa coragem transparente seremos engolidos pelo descrédito já instalado em todos os níveis: no executivo, no legislativo e no judiciário.

Enquanto o país continuar a ser pensado e projetado para atender os interesses corporativos, partidários e de oportunistas de plantão, sem nenhuma participação mais efetiva da maioria da população excluída, continuaremos longe da democracia real e legítima.

Neste contexto é grande o risco de eclodir uma crescente desestabilização social e revolta popular diante de malas de dinheiro, reais ou fictícias, insinuando “mensalão”, “dizimão” quando, aparentemente, perde-se a noção de dignidade e respeito a valores da justiça, do bem comum e da compaixão pelos eternos marginalizados.

O momento presente requer não apenas troca de personagens. É todo o tecido social da nação que precisa ser revitalizado, adquirir sangue novo.

Quem sabe é hora de buscar um novo elixir constituinte de gente apenas pensando, em primeiro lugar, não no dinheiro, no prestígio ou no privilégio, mas em refundir o Brasil na matriz do seu povo, naquilo que ele tem de mais autêntico? Haverá ainda espaço para este tipo de compaixão?

Onde andam os especialistas em humanidade e a sua militância? Seriam eles, como em outras ocasiões, capazes de entusiasmar e ancorar, com firmeza, com coragem e sem anacronismos, o Brasil socialmente justo e não apenas a serviço dos privilegiados pela força de uma pujante economia financeira?

## **CORREM RISCOS DE DESCONSTRUÇÃO DIREITOS SOCIAIS BÁSICOS<sup>6</sup>**

O trato dos gravíssimos problemas imediatos da política não pode deixar de lado o perigo crônico de os riscos de desigualdades estruturais continuarem a se aprofundar. A estruturação de acordos políticos de estado no âmbito das políticas sociais federais é muito recente no Brasil. Data da Constituição de 1988, mas somente consegue se implementar a partir do curto mandato do presidente Itamar Franco. Foi nesse governo, do qual encontramos poucas análises feitas com isenção, que se começou a aplicar a legislação regulamentar, um conjunto de Leis Orgânicas – da Previdência Social, da Assistência Social (LOAS), da Função Social da Propriedade Fundiária (FUNDEF), do refinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e da estruturação do sistema nacional de educação básica, que hoje constituem o núcleo central da política social brasileira, fundamentada em direitos de cidadania.

<sup>5</sup> Pe. Virgílio Leite Uchoa e Plínio de Arruda Sampaio, Boletim RDE, julho 2005., pág. 4.

<sup>6</sup> Colabora Guilherme C. Delgado.

Os oito anos seguintes dos dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso deram seqüência, com algumas restrições, principalmente no campo agrário, à política de direitos sociais básicos. Recuou-se um pouco no campo previdenciário com a Emenda Constitucional 20/98 (E.C. 20/98), mas avançou-se algo no ensino fundamental com o FUNDEF. A política econômica passa por um duro golpe recessivo a partir do início do segundo governo (janeiro de 1999) mas, graças às salvaguardas jurídicas do sistema de Seguridade Social e da educação fundamental, não foram cortados os gastos sociais vinculados a direitos da seguridade social (em geral acessíveis por iniciativa do cidadão). Isto ocorreu, diga-se de passagem, pelo formato desses sistemas – Regime Geral da Previdência, SUS, Seguro Desemprego, Educação Fundamental, Benefícios de Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) etc - que gozam da proteção da segurança jurídica contra cortes orçamentários, contam com recursos vinculados às Contribuições Sociais e têm no princípio do salário mínimo como piso dos benefícios uma barreira protetora contra a tesoura da área financeira. Esses sistemas de política social foram relativamente preservados, mas não tantos outros programas de iniciativa do governo, como a reforma agrária, os investimentos em infra-estrutura social, saneamento, rede hospitalar, universidades, Fundo da Pobreza etc., que foram fortemente sacrificados no segundo mandato.

Observe-se que a política social de estado e a de governo tem tratamento diferente por ocasião da crise ou do chamado ajuste econômico. A primeira tem caráter anticíclico e independe da Tesouraria. A segunda é inteiramente dependente do governo e normalmente é cortada, como de fato foi. Imagine o leitor o que aconteceria com a política de direitos sociais básicos sem segurança jurídica contra cortes orçamentários, desvinculada do salário mínimo e amparada apenas por leis ordinárias, que a qualquer momento podem ser substituídas por uma Medida Provisória.

Este cenário de desconstrução da política social federal corre efetivamente risco de se concretizar, a julgar por declarações recentes não desmentidas de vários ministros de estado – desvinculação do salário mínimo dos Benefícios da Seguridade, desvinculação das Contribuições Sociais do Orçamento da Seguridade e dos tributos da Educação (há proposta de retirada dessa matéria tributária da Constituição Federal).

Diga-se de passagem, já existem no Ministério da Fazenda iniciativas em curso no campo do estudo das desvinculações, como declara, sem meias palavras, a Revista “Desafios do Desenvolvimento” do Instituto de Pesquisa Aplicada e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPEA-PNUD) em seu primeiro número. Outra iniciativa, ainda não consumada, a de conceder isenções das Contribuições Sociais aos bancos, sob o argumento da redução dos “spread” bancário, conspira para o desfinanciamento da política social calcada em direitos. Isto pode ser colhido investigando-se entrevistas e comunicados da Secretaria do Tesouro, mas ainda não é oficial.

Enquanto tudo isto ocorre nos bastidores da política social federal, a cidadania, desinformada pela mídia, nem se dá conta do risco que corre e curiosamente o núcleo ético do governo não se manifesta, ocupado que está em administrar o lado residual da política social.

## **O VERDADEIRO GOLPE EM PREPARAÇÃO<sup>7</sup>**

Um recente exemplo desta desconstrução, um verdadeiro golpe em andamento, tem sido a divulgação pela imprensa especializada, com destaque, de uma proposta do Deputado Delfim Neto que objetivaria, como define o autor, “zerar o déficit nominal público em três anos, mediante corte nas despesas de custeio do Orçamento”. Definida desta forma asséptica, a proposta esconde a gravidade do seu significado, que promove simultânea e compulsoriamente duas mudanças: proíbe gastos reais de custeio (acima da inflação) e desvincula novas receitas de contribuições sociais e impostos, hoje obrigatoriamente aplicadas na seguridade social e na educação fundamental (a desvinculação de Receitas da União subiria dos atuais 20% para 40% das respectivas Contribuições Sociais).

Essa linguagem técnica e asséptica da emenda do Deputado Delfim, que parece encantar pela precisão e rigor os curiosos da economia que freqüentam os ministérios econômicos, tem implicações de um verdadeiro golpe nos direitos sociais básicos.

As Contribuições Sociais, principalmente COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), a Contribuição sobre Lucro Líquido, a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), o PIS (Programa de Integração Social) e o PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), são fontes de recursos orçamentários imprescindíveis ao Orçamento que financia a Previdência Básica, o Sistema Único de Saúde, a Assistência Social e o Seguro Desemprego, dentre outros direitos sociais.

Em 2004 o conjunto de contribuições específicas da Seguridade Social repassou 27,7 bilhões de reais de recursos desvinculados para o Orçamento fiscal. Com isso o Orçamento da Seguridade Social bateu no teto – gastou 100% da receita restante com o conjunto de obrigações constitucionais a que está vinculada. (Ver o Orçamento da Seguridade Social 2004 em anexo)

A esmagadora maioria da despesa da seguridade social é de custeio – pagamento de benefícios previdenciários, do seguro desemprego, de manutenção do SUS, dos benefícios da Lei Orgânica de Assistência; dos aposentados e pensionistas da União, incluídos nesse Orçamento pela Lei de Responsabilidade Fiscal (ver estrutura deste Orçamento de 2004 em anexo). Isto significa que uma nova Desvinculação de Receitas da União ou a proibição de se pagar gastos reais de custeio fatalmente levariam à falta de recursos para pagar aposentadorias, pensões, serviços médicos, assistência básica, entre outros.

Observe-se que, com toda a precariedade com que são atendidos os direitos sociais, na atual ordem fiscal constitucional a previdência básica, a saúde pública e a educação fundamental são o passaporte de cidadania que nos conferiu a Constituição de 1988.

O criticável dessa base de direitos é especialmente sua estreiteza. Cogitar de restringi-la ainda mais, a ponto de deixar órfãos e viúvas na rua da amargura, foi certamente o caminho perseguido pelo regime militar nos seus “ajustes macroeconômicos”, a época capitaneados pelo então Ministro do Planejamento Delfim Neto.

---

<sup>7</sup> Colabora Guilherme C. Delgado, *Jornal de Opinião*, 10/07/2005; *Boletim REDE*, julho de 2005 pág. 8-9.

A ordem fiscal-constitucional de 1988, corroborada pela estabilização monetária depois de 1994, impede que se promova ajuste fiscal mediante “imposto inflacionário” diretamente incidente sobre aposentadorias e pensões. Ao retirar a proteção constitucional que vem salvaguardando direitos sociais básicos exercitados por iniciativa do cidadão, inverte-se completamente o sentido ético e a segurança jurídica desses direitos. O orçamento público não se destinaria a proteger os mais frágeis dos riscos sociais permanentes, identificados no nosso sistema de seguridade social. Mas, ao contrário, órfãos, viúvas, doentes, idosos, desempregados entre outros. seriam oferecidos em holocausto ao ídolo Moloch da alta finança.

Como ficaria o pagamento dos 23 milhões de benefícios-mês do INSS, dos 12 milhões de internações hospitalares, dos 450 milhões de consultas médicas realizadas anualmente pelo SUS, dos 2,3 milhões de partos-anos ou ainda das quase 40 milhões de matrículas no ensino fundamental que dependem desses recursos?

Essa proposta de desvinculação, que não é nova, oferecida no momento atual, de alta fragilidade política do governo federal, cheira a chantagem da “pátria financeira”. Sua linguagem asséptica, tecnicamente rigorosa na forma expositiva, traz no seu significado e objetivos a precisão das armas de destruição em massa e uma profunda falta de compaixão humana. Este é o verdadeiro golpe na moralidade da política, que as mídias, anestesiadas, fingem desconhecer.

## ANEXO

<b>Tabela 1 - Execução do Orçamento da Seguridade Social em 2004 (em bilhões de reais, a preços de dezembro de 2004<sup>8</sup>)</b>				
<b>Despesa</b>		<b>Receita</b>		
Gastos do tipo A	Liquidado	Fontes	De- pois D.R.U.	Recolhimento D.R.U
Previdência Social Básica	131,39	1) Contribuição de Empregadores e Trabalhadores	99,89	0,00
Pagamento do Seguro-Desemprego	7,72	2) COFINS	66,02	16,51
Pagamento do Benefício de Prestação Continuada - LOAS	6,17	3) CPMF	17,23	4,31
Atenção Hospitalar e Ambulatorial no Sistema Único de Saúde	17,33	4) Contribuição sobre Lucro Líquido Pessoa Jurídica	17,46	4,37
Pagamento de Renda Mensal Vitalícia	1,87	5) Receita de Prognóstico	0,46	0,12
<b>Total de Gastos do tipo A</b>	<b>164,48</b>	6) PIS/PASEP (Seguro-Desemprego)	7,72	1,93
Gastos do tipo B <sup>9</sup>		7) Contr. Seg. Servidor Público (Servidor + Patronal)	5,52	0,00
Ministério da Saúde: Outros Programas	17,36	8) Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	5,93	0,00
Ministério do Desenvolvimento Social: Outros Programas	1,39	9) Contribuição sobre a Produção Rural <sup>10</sup>	2,01	0,50
Ministério da Previdência Social: Outros Programas	5,88	10) Receitas Provenientes de Impostos	16,37	
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	1,08			
<b>Total de Gastos do tipo B</b>	<b>25,70</b>			

<sup>8</sup> Valores inflacionados pelo INPC acumulado do ano de 2004 (6,13 %).

<sup>9</sup> Para a listagem dos programas de cada ministério englobados nestas pautas ver o Boletim de Políticas Sociais 9 – Agosto 2004.

<sup>10</sup> O valor da *Contribuição sobre Produção Rural* ainda não foi divulgado para 2004, o valor usado como aproximação foi o de 2003 corrigido com um crescimento, equivalente ao do PIB, de 5%.

Gastos do tipo C				
Transferências de Renda com Condiionalidades (Bolsa Família)	6,17			
<b>Total de Gastos do tipo C</b>	<b>6,17</b>			
Gastos do tipo D				
Previdência de Inativos e Pensionistas da União	41,13			
Indenizações e pensões especiais de responsabilidade da União	0,86			
<b>Total de Gastos do tipo D</b>	<b>42,00</b>			
<b>Total</b>	<b>238,35</b>	<b>Total</b>	<b>238,62</b>	<b>27,73</b>

Fonte: Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise nº 10 – IPEA – Julho de 2005.